

DA IMPOSSIBILIDADE DE MERCADOS ARTIFICIAIS: O CASO DA MEDIÇÃO DA PRODUTIVIDADE ACADÊMICA

Meu palpite, então, é que os falsos lucros da Enron são como as falsas realizações da academia, representadas por montanhas de publicações que ninguém aprecia, nem lê. (WATERS, 2006, p.13-14)

Fábio Barbieri¹

Resumo

Este artigo critica os mecanismos de incentivos desenvolvidos para aumentar a produtividade acadêmica. Utilizando considerações metodológicas sobre a natureza dos mercados, desenvolvemos um argumento para explicar porque esses mecanismos falham em estimular a competição entre pesquisadores e criar um melhor “mercado de idéias”, mas tendem a gerar burocracia e distorções nesse mercado, minando adicionalmente a liberdade acadêmica.

Palavras-chave: economia do conhecimento, mercado de idéias, mecanismos de avaliação acadêmica.

Classificação JEL: B41, D02, I23

1. O PROBLEMA

Na última década ganhou ímpeto no Brasil a idéia de que a produtividade dos professores nas suas atividades de ensino e pesquisa deveria ser medida objetivamente, a fim de facilitar o desenho de mecanismos de incentivos que estimulassem a produção acadêmica, tal como é feito nos Estados Unidos.

¹ Professor do Departamento de Economia, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP). E-mail: fbarbieri@usp.br.

Os economistas, influenciados pelas teorias de crescimento econômico, que salientam a importância do progresso tecnológico, derivado em parte do esforço de pesquisa acadêmica, consideraram fundamentais medidas que tivessem como propósito o aumento da produção científica. Côscios dos efeitos benéficos da competição, a princípio apoiaram a iniciativa, pois esta representaria a adição de elementos competitivos ao mercado das idéias.

Contrariar a tendência de diferenciar os acadêmicos produtivos dos improdutivos, por outro lado, passou a ser visto com desconfiança, especialmente pelo economista, pois este, dada sua formação teórica, não pode se entregar à incoerência de defender seus interesses corporativistas enquanto os denuncia em sala de aula. Afinal, sempre desdenhamos tal comportamento, tão presente em associações de classe como as dos advogados e médicos.

Contudo, com o passar dos anos, conforme os indicadores de desempenho de produtividade acadêmica foram implementadas, cresceu a sensação de que existe algo errado com elas². Cada “mecanismo de incentivo” empregado resultava não em melhoras de produtividade, mas sim em várias distorções, na medida em que os agentes passaram a responder aos novos incentivos de forma a dedicar cada vez mais tempo à busca dos indicadores objetivos de produtividade, e não a produção em si. Isso acabou gerando: a) um processo de burocratização da pesquisa – a antítese do ambiente competitivo almejado e b) distorções no que se refere ao conteúdo e valor das pesquisas.

O objetivo deste texto é criticar, sob o ponto de vista da teoria econômica, a tendência ao que ficou conhecido como o “produtivismo” nas universidades. Na próxima seção, documentaremos algumas das distorções resultantes da tentativa de criar um mecanismo de incentivo “mais próximo àquele existente nos mercados”. Na seção seguinte, forneceremos uma explicação teórica para o invariável surgimento dessas distorções. Veremos como o problema em questão é mais um exemplo da impossibilidade de criar mercados artificiais que funcionem a contento. Em seguida, focaremos a análise na incompatibilidade dessa política com a idéia de liberdade acadêmica e como isso afeta no longo prazo a própria produtividade da academia. Ao mesmo tempo, discutiremos quais características um verdadeiro “mercado das idéias” possui. Por fim, a última seção reúne os principais pontos do texto.

² Ver, por exemplo Bourdieu (2004) ou Waters (2006).

2. A (NECESSARIAMENTE ANEDÓTICA) EVIDÊNCIA EMPÍRICA

Em uma deliciosa sátira da tentativa de desenhar mecanismos que aumentem a produtividade nas universidades, Stigler (1987) nos fala de um jovem reitor de uma universidade sul-americana que decretou que os professores poderiam desafiar outros com um cargo imediatamente superior aos seus em exames competitivos, cuja banca seria composta de professores americanos. Caso ganhasse, o professor trocava de posto e salário com o perdedor. Ocorreu então uma corrida à biblioteca e professores mais velhos anteciparam a aposentadoria. Porém, surgiu o fenômeno de entesouramento do conhecimento: os especialistas não discutiam com pessoas que soubessem menos que eles e ensinavam assuntos irrelevantes em seus cursos, com medo de perder o cargo. Diante dessa distorção, o reitor passou a conferir 5 pontos (máximo de 100) para o professor cujo aluno vencesse um desafio. Um certo professor foi vencido por 7 alunos, mas manteve o cargo pelos 35 pontos conquistados... Os cursos de pós-graduação ficaram vazios, pois os candidatos foram estudar nos EUA, terra dos examinadores. De fato, brilhantes professores foram substituídos por alunos que fizeram cursos com examinadores. Além disso, a atividade de pesquisa cessou e todos se concentravam nos estudos para os exames. Diante disso, o reitor conferiu 2 pontos por artigo e 7 por livro produzido³. Os professores passaram a preferir preparar um aluno bom por ano (5 pontos) a produzir um livro que demora 3 anos. Outro publicou como artigos os 19 capítulos do seu livro, enquanto outro publicou uma transcrição de conferências.

No relato de Stigler, cada regra desencadeava uma reação inesperada e indesejável, o que convidava a formulação de um outro conjunto de regras. O processo nunca resultava no aumento de produtividade propriamente dita, mas em desvios dos esforços para a busca dos indicadores objetivos de produtividade.

Como já notou o leitor, a história é um retrato da situação da academia brasileira atual⁴. Os congressos, artigos e livros são classificados por órgãos que se baseiam na opinião de comissões a respeito do valor relativo dos

³ No Brasil, proporcionalmente, a pontuação adotada pelas universidades é *grosso modo* inversa a esta.

⁴ Tal situação parece ocorrer em vários países. Para um relato do mesmo fenômeno na Inglaterra, ver Tarver, (2007).

mesmos. Os congressos no exterior, mesmo que deles participem prêmios Nobel, pontuam menos que um congresso local, simplesmente porque este já é conhecido pelo comitê “regulador de preços”. Enquanto na Europa um artigo é discutido em vários congressos, com o intuito de melhorá-lo através da crítica, no Brasil a participação nos poucos congressos existentes é almejada apenas para colecionar os pontos que a sua aprovação rende. A intensa competição pelos pontos escassos tende adicionalmente a aprovar nesses congressos trabalhos prontos para publicação, contrariando a razão de ser dos mesmos.

O economista teórico, com publicações mais esparsas que refletem o período maior de maturação da pesquisa, é pressionado a trocar sua linha de pesquisa por artigos empíricos, pressionado pela “produtividade” maior do economista aplicado. As contratações nos departamentos de Economia tendem, portanto, a formar batalhões de professores de Econometria aplicada em detrimento da diversidade de opiniões requerida por um ambiente universitário pluralista. O historiador econômico, por outro lado, não consegue comprimir seus estudos em 15 páginas, o tamanho geralmente disponibilizado pelas revistas que pontuam mais. A publicação de um livro, por sua vez, não é uma alternativa, porque embora geralmente contenha em suas 250 páginas mais “produção” do que um artigo de 15 páginas (digamos, algo como 4 artigos se re-escritos na forma ultra-condensada destes), vale apenas uma fração da pontuação de um artigo em revista nacional, a menos que a editora do livro seja grande e conhecida. Neste caso, um autor de HPE tem que trocar a sua especialização na teoria do capital do século XIX por um estudo sobre “globalização” ou um livro-texto de Introdução à Economia para que seja aceito por essas editoras, caso contrário seu livro valerá pouquíssimos pontos.

Além de distorcer os recursos de pesquisa para assuntos publicáveis em prazos menores e gerar um processo de burocratização (a obtenção do certificado de participação se torna o ponto culminante dos seminários!), o sistema de pontuação introduz um viés conservador na atividade de pesquisa ainda maior do que o habitual, pois as revistas especializadas que admitem abordagens alternativas (geralmente estrangeiras), inicialmente ou não pontuam ou pontuam bem menos do que aquelas dedicadas à pesquisa convencional. Seriam necessários vários artigos

em revistas especializadas para pontuar o mesmo que um único artigo em uma revista reconhecida, o que torna praticamente proibitivo seguir linhas de pesquisa alternativas.

Os programas de pós-graduação também sofrem intervenção do produtivismo. Um curso de uma universidade grande, com 150 professores, dos quais 100 são doutores, tem uma nota menor no quesito “proporção de doutores” do que uma com 15 professores, todos doutores. A avaliação “objetiva” dos programas de mestrado, não é de surpreender, não coincide nem com a avaliação “subjetiva” da comunidade científica nem com as preferências dos candidatos na hora de escolher onde estudar, embora mine a capacidade da instituição de obter bolsas de estudo para seus alunos. Atualmente, a distorção mais grave se manifesta na pressão para reduzir o tempo de duração dos cursos de mestrado. Na lógica produtivista, diminuir o denominador na estatística “dissertações defendidas por ano” representa um grande avanço: o aumento da “produtividade” dos cursos figura bem na apresentação de *Powerpoint* do ministro da educação e nas medições de capital humano nos trabalhos sobre crescimento, mas sempre às custas da qualidade do curso. O mestrando tem que escolher tema e orientador em tempo recorde, não há tempo para reflexão ou estudo aprofundado da bibliografia. Tipicamente, os trabalhos são cada vez menores e com um nível mais próximo dos trabalhos de graduação. Dificilmente há tempo hábil para algo mais do que “testar” irrefletidamente um modelo desenvolvido nos EUA com os dados do Brasil.

A princípio, o incentivo a redução no tempo de defesa gera um aumento na produtividade apenas no curto prazo, já que o número total de alunos formados depende apenas do número de entram e saem do programa de pós-graduação. Mas, como a pressão por menor tempo reflete negativamente na qualidade do aprendizado e pesquisa, o fluxo de longo prazo de alunos de fato aumenta, já que diminui os “custos” de fazer pós-graduação. Isso, por sua vez, gera a distorção adicional de atrair para mestrados *stricto sensu* alunos com interesses profissionalizantes em detrimento de alunos com inclinações acadêmicas.

Diante dessas histórias, poderíamos ouvir duas objeções: (a) como o proverbial professor de Administração, que em sua pesquisa entrevista um punhado de pessoas e generaliza os resultados a partir disso, utilizo

“evidência anedótica”: a realidade do sistema de incentivo seria outra em uma análise menos viesada e (b) mesmo admitindo as falhas apontadas, o sistema de avaliação não evolui por tentativa e erros? Alguma avaliação não é melhor do que nenhuma? A crítica não seria então ociosa?

Quanto ao primeiro ponto (a), embora a análise *circumspecta* de alguns índices (como o número de citações de trabalhos no exterior) possa ter algum valor, o argumento aqui apresentado é mostrar que, pela sua natureza complexa e essencialmente intangível, o produto da atividade acadêmica talvez seja um dos mais suscetíveis à arte de como mentir com as estatísticas, como ilustram alguns dos exemplos citados nesta seção.

Quanto ao segundo ponto, o propósito da próxima seção é, com o auxílio da lúgubre ciência que estuda as conseqüências não intencionais da ação humana, justamente explicar porque o fruto do sistema de medição de produtividade será sempre distorções e não melhoras. De qualquer modo, o uso do argumento (b) é irônico quando parte de economistas intolerantes com qualquer estado de coisas do mundo real que não seja um equilíbrio eficiente.

3. A EXPLICAÇÃO TEÓRICA

Defenderemos agora a tese de que um sistema de medição da produtividade acadêmica não funciona como um estímulo à competição de forma análoga ao que ocorre em um mercado; mas, pelo contrário, se assemelha mais aos incentivos existentes sob planejamento central e acarreta distorções próprias a esse regime.

Isso ocorre pela seguinte razão metodológica: as simplificações utilizadas em um modelo teórico que pretende explicar um fenômeno real *complexo* são úteis apenas como um guia para estudar o *princípio de funcionamento* desse fenômeno, e não uma descrição capaz de reproduzir os detalhes do mesmo. Ao tentar substituir a realidade complexa pela sua representação teórica necessariamente simplificada, perde-se a complexidade e a riqueza do sistema original⁵. Esse argumento será ilustrado por dois exemplos, um tirado da Biologia Evolucionária e outro da Economia.

⁵ Esse motivo se relaciona a questão da quebra da simetria entre explicação e previsão no modelo hipotético-dedutivo quando lidamos com fenômenos complexos. Para um estudo das conseqüências metodológicas do estudo dos fenômenos complexos, ver Hayek (1967).

O princípio de funcionamento de um fenômeno complexo, como por exemplo a evolução das teias de aranha, pode ser simulada por modelos. Krink e Vollrath (1997) utilizam um algoritmo genético para simular a evolução de teias de aranha em uma tela de computador. Esta é “bombardeada” por insetos virtuais (pontos na tela) que podem ou não ser capturados pela teia. Quanto mais densa esta for, maior a probabilidade de captura, mas também maior é o custo em construção e manutenção da seda da teia. Cada teia tem seu formato codificado em seqüências numéricas análogas ao código genético. Em seguida geram-se descendentes com mutações e recombinações de genes. As teias mais “lucrativas” em termos de benefícios e custos são selecionadas com mais freqüência para reproduzir, de modo que a repetição sucessiva do processo gera, por simulação da seleção natural, teias análogas ao formato de uma teia real.

Esse modelo, embora fascinante, nem de longe captura a complexidade da evolução de teias reais, como nota Dawkins (1998). Em primeiro lugar, as teias reais utilizam recursos que não podem ser capturados no universo bidimensional da tela do computador. As soluções encontradas no mundo real jamais poderiam evoluir no modelo, pois este, pela sua estrutura, não antecipa todos os caminhos alternativos que poderiam ser tentados. Várias soluções criativas na evolução passam por caminhos que envolvem aspectos não contemplados no modelo. Além disso, o valor do inseto (com utilidade marginal decrescente) e o custo (marginal crescente) da seda, ou as dimensões dos insetos são parâmetros escolhidos arbitrariamente pelo programador. A natureza envolve outras dimensões que alterariam esses preços contemplados pelo modelo. Dadas essas diferenças, Dawkins distingue de forma clara os *modelos de seleção artificial* do *processo de seleção natural* (DAWKINS, 1998), percebendo que os primeiros são apenas representações do *princípio de funcionamento* da evolução que jamais captura a complexidade da seleção natural. Assim, o biólogo em geral escapa da falácia muitas vezes cometida pelos mais eminentes economistas, quando estes ignoram esse ponto metodológico e consideram substituir a realidade complexa pela sua representação teórica simplificada.

Em Economia, para entender porque as tentativas de simular mercados não funcionam, devemos buscar na história da disciplina a mais ambiciosa dessas tentativas: a construção dos modelos de “socialismo de mercado”

utilizados como respostas à tese de Mises (1935) [1920] sobre a impossibilidade do cálculo econômico no socialismo⁶.

Uma alocação racional de recursos na ausência de propriedade privada, e, portanto, de mercados reais, poderia, em dois desses modelos, ser obtida ou por meio de firmas estatais que seguissem as regras, emitidas centralmente, de a) escolher fatores de forma a minimizar custos médios e b) produzir até que o custo marginal seja igual ao preço, sendo os preços escolhidos centralmente por tentativas e erros, como no processo de *tatônement* da teoria de equilíbrio geral (LANGE, 1936) ou ainda pela fixação descentralizada de preços iguais aos custos médios pelas próprias firmas estatais que operem em monopólios setoriais (DURBIN, 1936). Dessa forma, não precisamos de um Estado onisciente para que obtenhamos alocações econômicas: basta *simular* o sistema de preços, sem que tenhamos que nos submeter aos males dos mercados reais.

Hayek (1980), em sua crítica ao “socialismo de mercado”, mostra que o sistema de equilíbrio por tentativas e erros proposto por Lange não é capaz de capturar a complexidade do mecanismo de seleção presente nos mercados reais. Por exemplo, partindo de um conjunto de dados sobre os fundamentos da economia (preferências, tecnologias e disponibilidade de recursos), quando o cálculo de um equilíbrio for computado, ele se tornaria imediatamente irrelevante, pois nos mercados reais ocorrem alterações constantes na demanda e nas condições da oferta, e não algo semelhante a um equilíbrio estático. Além disso, pergunta o autor, como o administrador público conheceria o custo médio mínimo prevalecente sob competição em um certo instante se não existe previamente a efetiva atividade competitiva? Supor o resultado e simultaneamente barrar seu processo gerador envolve uma falácia de petição de princípio. Adicionalmente, em que medida a infinita variedade no tempo e no espaço das características dos produtos deve ser ignorada e tratada como um produto homogêneo pelo planejador central? O agente, por outro lado, deveria de fato agir como se o preço fosse um parâmetro exógeno ou levar em conta sua expectativa sobre o preço esperado por ele para o futuro? Se usar suas expectativas no cálculo dos custos de oportunidade, esses se tornam subjetivos. Como verificar então se as regras do custo foram cumpridas?

⁶ Mises afirmava que sem propriedade privada não existem mercados, formação de preços e portanto alocação econômica de recursos. Ver Barbieri (2004) para uma história completa do debate.

Essa breve lista de questionamentos aos modelos ilustra como as simplificações da teoria econômica são úteis para *explicar* o princípio de funcionamento de alguns aspectos importantes dos mercados; mas falham completamente quando as mesmas são utilizadas para *construir* um mecanismo que simule mercados em toda sua complexidade.

O debate do cálculo levou Hayek (1978) a enfatizar nos mercados não a possibilidade de gerar por otimização uma alocação eficiente a partir de um conjunto de informações *dadas*, mas sim a capacidade de adaptação de agentes detentores de conhecimento limitado ao contínuo fluxo de alterações no sistema econômico. Para o autor, a competição no mercado deve ser visto como um mecanismo de descoberta por tentativas e erros de conhecimento sobre produtos, tecnologias, disponibilidade de recursos, conhecimento esse que a teoria convencional considera dado de início. O ponto central consiste em notar que um preço de mercado real reflete opiniões diferentes de inúmeros agentes sobre o valor dos bens. Infinitos aspectos entram no processo seletivo dos consumidores em suas decisões de compra ou ainda nos planos de ação das firmas e se refletem em expectativas que influenciam os preços futuros. Os preços obtidos por seleção artificial de Lange, pelo contrário, refletem informações muito mais pobres, pois ocorre uma limitação dos parâmetros contemplados no modelo. Em essência, nos deparamos novamente com a distinção entre seleção natural e artificial.

Essas duas discussões ilustram o argumento central deste texto: um esquema de pontuação por produção acadêmica não simula incentivos de mercado e competição, mas sim sua antítese, gerando burocracia e distorções. Isso ocorre na medida em que os critérios seletivos em um mercado genuíno - ponderações dos infinitos critérios seletivos levados em conta por *todos* os participantes do mercado de idéias - são muito mais complexos do que um critério seletivo planejado por um departamento central de educação, ou mesmo de forma mais descentralizada por um comitê universitário, de forma que os “preços relativos” resultantes (pontuação) são arbitrários e distorcidos. Em outros termos, o modelo de seleção artificial, usado não para explicar, mas sim para simular a competição, requer (a) critérios seletivos simplificados, alimentados por (b) dados objetivos sobre produção. Isso faz com que tenhamos, derivado de (a), “preços” distorcidos, pois não levam em conta a grande parte das informações descentralizadas

em posse dos agentes e, derivado de (b), um processo de burocratização da pesquisa com a criação e coleta dos dados “objetivos”. Essa estrutura de incentivos leva à busca de indicadores de produção acadêmicas e não necessariamente à coisa em si. Temos assim um “planejamento central de idéias” e não um “mercado de idéias”.

Em contraste com a “precificação” artificial do trabalho de um pesquisador, segundo critérios fixos de forma centralizada, que necessariamente gera distorções devido ao menor conteúdo informacional dos preços resultantes, a reputação de um pesquisador no “mercado das idéias” é de fato construída de forma a incluir as peculiaridades do tema e do método escolhido. Uma contribuição teórica mais esparsa ou um texto original e influente, porém publicado em meio como livro ou revista não acadêmica não deixa de ter seu valor incorporado nesse processo de formação de reputação. O crucial, novamente, é que a informação contida nessa reputação reflete a avaliação subjetiva de muitos agentes, de forma que uma riqueza maior de critérios seletivos são empregados e, portanto, soluções mais criativas têm maior chance de sobreviver. Isso resulta em um processo de seleção natural, não artificial, no qual existe maior diversidade e abertura a inovação.

Explicada a razão do fracasso das tentativas de gerar mecanismos de incentivos à produtividade na atividade de pesquisa, passamos na próxima seção a considerar como esses mecanismos ameaçam a liberdade acadêmica – característica essencial da atividade universitária.

4. O “MERCADO DAS IDÉIAS” E A LIBERDADE ACADÊMICA

Paradoxalmente, o mau uso da metáfora do “mercado das idéias” advém da distorcida compreensão dos economistas a respeito das características essenciais de um de seus centrais objetos de estudo - o próprio mercado. Portanto, para opinar sobre a essência do mercado das idéias, devemos então antes investigar a natureza dos mercados em geral.

Essa discussão vem a tona no mesmo debate sobre o cálculo econômico socialista ao qual nos referimos anteriormente⁷. No início do debate, quando questões de incentivos eram relegadas a outras ciências sociais, os economistas tendiam a considerar que bastasse que houvesse trocas entre

⁷ Para os detalhes e referências sobre os autores citados em seguida, ver Barbieri (2004).

compradores e vendedores para que um mercado funcionasse, independente do entorno institucional. Cassel, Knight e Lerner de fato acreditavam que um sistema de trocas como aquele descrito pela teoria econômica poderia ocorrer em uma economia socialista. A presença de trocas, independente da propriedade, representava a essência dos mercados.

Contra essa opinião, Mises replicava que a propriedade privada dos recursos produtivos era característica indissociável dos mercados, opinião essa que Marx concordaria, por motivos diferentes. O conceito de propriedade adotado por Mises a define como a liberdade do proprietário de determinar o uso de um recurso: troca voluntária, consumo, doação, estocagem, destruição ou qualquer outro fim. Sem que os agentes apostem recursos próprios em um plano de ação, aposta essa que influencia a riqueza do agente, não teríamos um mercado genuíno. Seria impossível “brincar de mercado” como queriam os socialistas de mercado como Lerner e Lange.

Quando o debate foi retomado na década de noventa, sob a influência da Economia da Informação, os socialistas de mercado sofisticaram a “brincadeira”, desenvolvendo modelos que lidassem com o problema de agente-principal existente entre o planejador central e as firmas estatais. O problema principal do socialismo seria então a falta de incentivos pecuniários para induzir um esforço ótimo dos executores do plano. A essência dos mercados seriam os incentivos gerados pelos mesmos. Para os austríacos, porém, o ponto levantado por Mises seria mais profundo. A propriedade privada permitiria a *liberdade dos proprietários de tentar novos e diversos caminhos na resolução do problema alocativo, caminhos esses sequer imaginados anteriormente*. Um sistema artificial de incentivos congela o processo de descoberta enfatizado por Hayek. Este autor, e também os críticos da escola da Escolha Pública, adicionalmente, duvidavam de que sem a garantia de propriedade privada, os agentes pudessem tomar decisões que contrariassem os interesses daqueles que estivessem no poder. Novamente, a questão da essencialidade da propriedade privada e da liberdade de trocas nos mercados volta à tona.

Se favorecermos a opinião austríaca sobre a natureza dos mercados expressa nesse debate, largamente minoritária⁸, devemos estender a metáfora

⁸ O exame da maioria dos modernos livros textos de microeconomia, que procuram descrever o funcionamento dos mercados, revela que a palavra “propriedade privada” nunca ou raramente aparece.

do mercado das idéias ao estudo das implicações da adoção de índices de produtividade da pesquisa para o conceito de liberdade acadêmica. A tese aqui defendida afirma que tal adoção de fato mina a liberdade acadêmica, afastando tais esquemas de incentivo ainda mais de um genuíno mercado de idéias, na medida em que inibe a busca de inovação.

Vejam inicialmente em que consiste a liberdade acadêmica. Michael Polanyi, um defensor ardoroso desse valor num período em que esteve seriamente ameaçado, define o conceito da seguinte maneira: “A liberdade acadêmica consiste no direito de escolher o problema a investigar, em conduzir a pesquisa sem qualquer controle externo e em ensinar o assunto em pauta à luz de opiniões próprias” (POLANYI, 2003, p. 69).

Como nos mercados, nos quais os proprietários têm autonomia para decidir onde arriscar seus recursos com base em suas próprias avaliações sobre as condições desses mercados, o cientista deve ter autonomia de decidir onde arriscar seus esforços intelectuais.

Pois bem, a liberdade acadêmica, tal como definida acima, é incompatível com a instrumentalização da pesquisa e do ensino que acompanha o “planejamento central das idéias”. Quando a popularidade da idéia de planejamento central estava em seu ápice, voltou à cena projetos de planejar racionalmente o próprio progresso científico, como quiseram outrora autores positivistas tais como Saint-Simon e Comte⁹. Polanyi (2003) adverte sobre as conseqüências dessa linha de raciocínio através do exemplo da condução da ciência na antiga União Soviética. Ali, a liberdade acadêmica foi extinta em favor da instrumentalização ideológica conduzida pelo regime totalitário então vigente. São famosos os episódios da condenação oficial da genética mendeliana por seu caráter “burguês”, negador da igualdade entre os homens (lissenkismo), ou de clamores por uma “matemática proletária” ou ainda a pressão para pesquisas que atendessem aos interesses do Estado.

O exemplo soviético parece exagerado quando tornamos a estudar as políticas educacionais brasileiras, mas as mesmas conseqüências emergem, embora de forma mais amena. Os esforços modernos de guiar centralmente a pesquisa, guiados por exemplo por argumentos retirados da literatura de crescimento, que recomendam maior atenção à produção acadêmica, se

⁹ Hayek (1979) realiza um estudo histórico-filosófico da busca por controle da ciência entre os autores de persuasão positivista.

aliam ao crescente clamor da opinião pública pelo controle das universidades públicas ou pela busca de “responsabilidade social” nas universidades. Estas deveriam gerar um “retorno social”, de preferência palpável, já que são financiadas pelo dinheiro do contribuinte. Assim, cada vez mais se tornam proibitivos os custos associados à escolha do pesquisador sobre o problema científico que o fascina e em cujo estudo pretende arriscar seus recursos intelectuais, como requer a noção de liberdade acadêmica.

Aqui o conceito do mercado de idéias deve ser utilizado com cuidado. Embora haja de fato algo como um mercado de idéias, não podemos extrapolar a metáfora e comparar universidades com firmas. Afinal, estas são tradicionalmente vistas como ilhas de planejamento central em um oceano de relações de mercado. A universidade, como uma instituição nascida na Idade Média¹⁰, distancia-se do ideal de soberania do “consumidor” (neste caso, da sociedade) inerente aos mercados, aproximando-se mais de uma corporação de ofício, o que serve de fato para proteger a pesquisa de usos políticos externos.

Mas, para nos atermos à analogia entre mercados e conhecimento, às distorções mencionadas na seção anterior derivadas da “precificação” centralizada dos esforços acadêmicos deve ser acrescentada a tendência à instrumentalização do conhecimento como mais um afastamento das políticas educacionais da metáfora do mercado de idéias. Esses afastamentos, no longo prazo, geram uma tendência a diminuir a eficiência de tal mercado. Para entender o porquê, precisaremos fazer alusão a uma doutrina filosófica associada à obra de Karl Popper, conhecida como Epistemologia Evolucionária (BARTLEY III e RADNITZKY, 1987) que defende uma postura sobre a natureza do progresso científico mais próxima àquilo que consideramos essencial a um mercado de idéias.

Na opinião de Popper, generalizada pela Epistemologia Evolucionária, para que haja progresso científico, dado o caráter sempre falível do conhecimento, além da liberdade acadêmica, que gera uma multiplicidade de opiniões (mutações), é necessária uma disposição de submeter as teses à crítica intensa, com o intuito de tentar eliminar erros (seleção). Ao contrário do mercado, no qual o processo seletivo de lucros e perdas é mais automático, na ciência os indivíduos têm que decidir subjetivamente se uma

¹⁰ Para uma história das universidades, ver CHARLE e VERGER (1996).

crítica deve ser levada em conta ou não. Por isso, o dogmatismo natural dos pesquisadores deve ser domado por uma cultura acadêmica que valorize a crítica. O pesquisador deve então estar aberto ao diálogo e buscar ativamente se familiarizar com as críticas feitas à própria teoria.

O progresso da ciência dependeria, em essência, de qual livre (pluralista e crítico) for o mercado das idéias. Ora, a determinação centralizada sobre que tipo de publicação pontua mais (ou menos) reduz a pluralidade de opiniões na medida em que pune o seguimento de linhas alternativas de pesquisa, já que os critérios de valoração (pontos) são determinados centralmente pelo “comitê de determinação de preços” das publicações, o que gera incentivo à proteção das teorias dominantes e redução da liberdade acadêmica: arriscar o esforço de pesquisa em problemas escolhidos pelo pesquisador se torna proibitivo. Com isso, no longo prazo, o próprio progresso da ciência é minado.

De fato, a característica marcante da academia brasileira, na opinião deste autor, é o dogmatismo de seus membros. Nada menos popperiano e distante da competição no mercado das idéias do que a prática dos economistas brasileiros ditos “ortodoxos” de rotular os demais pesquisadores de “picaretas” e os assim chamados “heterodoxos” de rotular os primeiros de “neoliberais”, sem que cada uma das partes se familiarize com a base teórica da outra. O hábito de distorcer um argumento baseado em outras teorias reduzindo-o à proposições compatíveis com o núcleo duro da teoria preferida, criando assim um caricatural “espantalho”, fácil de ignorar infelizmente infesta o debate entre os economistas em geral e é exacerbado ao extremo na dogmática academia brasileira.

Adicionalmente, segundo a Epistemologia Evolucionária, o planejamento do crescimento do conhecimento é tarefa impossível. Como mostra Bartley (1990), o conteúdo empírico de uma teoria – o conjunto de proposições incompatíveis com a mesma – é infinito. Este inclui até mesmo as próprias teorias alternativas à ela que ainda não foram criadas. Ex ante nunca se sabe que tipo de conclusões um conjunto de hipóteses pode gerar no futuro. O conhecimento é, então, necessariamente insondável em suas conseqüências. Por isso, Bartley (1990) afirma que a visão de Popper como um objeto do mundo¹¹ implica que, estritamente falando, nunca sabemos

¹¹ Popper (1972)

sobre o que estamos falando, no sentido de que de um conjunto de proposições poder-se-ão derivar conclusões não imaginadas anteriormente, podendo estas inclusive gerar aplicações tecnológicas futuras. A história está cheia de exemplos de esforços em teorias cujo escopo de aplicações foram completamente ignorados pelos seus criadores. Dessa forma, a condução central da pesquisa, mesmo segundo critérios utilitários, em termos de resultados práticos, é bastante questionável em sua eficácia, dada a incapacidade lógica de se antecipar a aplicabilidade do conhecimento.

Ao discutir o papel da liberdade acadêmica para o avanço científico, Michael Polanyi (2003, p. 72) chega à mesma conclusão. O autor compara o progresso científico com a montagem coletiva de um quebra-cabeças, cujos passos não podem ser planejados hierarquicamente, caso contrário as contribuições descentralizadas seriam reduzidas à contribuição unificada do líder, guiado pela sua opinião particular sobre o valor de cada ação.

O ajuste em termos de complementaridade ou competição dos esforços de um pesquisador em relação ao conjunto de crenças da comunidade científica, sintetizando as visões dos autores mencionados, é então um processo de coordenação espontâneo, sujeito ao surgimento de novidades que não podem ser antecipadas. Não podemos deixar de notar que exatamente os mesmos elementos fazem parte da visão de Hayek (1978) sobre a essência dos mercados com a qual nos deparamos anteriormente.

Não se sabe então a priori que tipo de linha de pesquisa é o mais profícuo em termos de sua contribuição ao progresso científico futuro. Mas a pressão por trabalhos empíricos gerada pelo esquema de incentivos por pontuação, guiado por critérios utilitaristas, por outro lado, impõe uma opinião específica e imediatista sobre esse ponto e portanto dá um passo rumo à direção central dos esforços, na medida, por exemplo, em que prejudica o tipo de pesquisa mais teórico, rico no longo prazo em conseqüências não previstas derivadas de suas hipóteses. Pobre do filósofo que lê milhares de páginas de problemas intrincados relacionados à fronteira da lógica moderna! A menos que seja um grande gênio, sua publicação original será sempre mais esparsa. Suas reflexões sobre dilemas e “becos sem saída” de sua disciplina, além disso, seria desdenhada (pelo menos pelo economista) como mera história das idéias. Já o biólogo que testa o efeito de uma droga em ratos, gera uma “fábrica de artigos” apenas mudando a espécie ou o

sexo dos espécimes e repetindo o experimento, com pouca leitura adicional. No esquema de medição de produtividade acadêmica, o primeiro é taxado como improdutivo e o segundo, altamente produtivo, por mais que o valor do primeiro tipo de estudo possa ser fundamental para o desenvolvimento da ciência, sua difusão e preservação em um país.

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste texto foi argumentar contra a possibilidade de que um esquema centralizado de pontuação da produtividade acadêmica possa simular o funcionamento de um mercado real, de forma a induzir um aumento de produtividade por competição. Mas, pelo contrário, tal esquema gera invariavelmente incentivos à burocracia, à busca de indicadores pretensamente objetivos de produtividade em vez da coisa em si e adicionalmente gera distorções no conteúdo da pesquisa, ferindo a liberdade acadêmica e instrumentalizando o ensino e a pesquisa.

O defeito fundamental desse tipo de esquema é derivado de um erro metodológico: quando tratamos de fenômenos complexos, um modelo teórico apenas descreve o princípio de funcionamento do mesmo, permitindo no máximo a geração de previsões de padrões¹², isto é, características gerais da evolução de um sistema, e não o conhecimento detalhado do mesmo. A riqueza do sistema original é drasticamente reduzida se tentarmos substituí-lo pela sua representação teórica simplificada.

Como o nosso objetivo foi apontar defeitos no sistema de incentivos, o equívoco mais provável em relação a interpretação deste texto seria inferir que seu autor defende a ausência de avaliação dos pesquisadores, o que uma leitura atenta do texto naturalmente desautoriza. De qualquer modo, vale a pena enfatizar esse ponto. Os critérios seletivos do mercado das idéias, no mercado propriamente dito e na seleção natural biológica, como salientamos, não são determinados centralmente, mas refletem uma infinita variedade de critérios determinados de forma descentralizada. Polanyi (2003) utiliza o termo policêntrico para caracterizar a interação descentralizada nos mercados, caracterização esta que se aplica ao mercado das idéias. Assim, ao contrário do que o leitor desatento tenderia a inferir, o ponto deste artigo

¹² Hayek (1967).

não é defender a ausência de avaliação da produtividade acadêmica, mas sim a multiplicidade desses critérios em detrimento de um critério único e arbitrário, determinado centralmente. A descrição de Polanyi da atividade científica, de fato, enfatiza não apenas a liberdade de escolha do problema por parte do pesquisador, mas também o julgamento dos resultados desse trabalho pelos seus pares e a formação da reputação do pesquisador conforme essa avaliação. Embora essa reputação em um genuíno mercado de idéias contenha um forte viés conservador, ou seja, que premia a pesquisa compatível com aquilo que é aceito majoritariamente, o espaço para dissensão e tolerância a trabalhos alternativos é consideravelmente maior em um sistema de avaliação policêntrico, que contempla inúmeros critérios seletivos, do que em um sistema único e pretensamente objetivo, com critério seletivo decidido centralmente.

Poderíamos então, por fim, contrastar os mecanismos de incentivos às pesquisas atuais com o que havia antes dos mesmos. Esse contraste salienta as diferenças entre duas posturas extremas sobre a evolução institucional: de um lado a vertente construtivista, que acredita na habilidade da Razão Humana para planejar um sistema de incentivos eficiente, representada, por exemplo, por economistas filiados às abordagens de Economia da Informação ou da Escola da Escolha Pública; e, por outro, a teoria de Hayek (1982) da evolução institucional, que enfatiza a limitação do conhecimento necessário para tal empreitada, investigando no seu lugar os mecanismos de emergências de normas por um processo de evolução por tentativas e erros¹³.

Vejamos esse contraste aplicado à avaliação do desempenho dos pesquisadores. Ao contrário das regras vigentes, implementadas como um conjunto de técnicas gerenciais aplicadas ao ambiente universitário, o sistema de cátedras existente anteriormente evoluiu gradualmente desde o surgimento das universidades na Idade Média. A sua origem medieval, como já mencionamos, afasta as normas institucionais universitárias da comparação com firmas modernas, o que foi capaz de gerar uma proteção da pesquisa contra as pressões externas que interferem negativamente com a liberdade acadêmica. O processo de evolução institucional, adicionalmente, gerou ao longo dos séculos normas mais condizentes com a natureza da atividade acadêmica. Tais normas consistiam essencialmente de avaliações

¹³ A abordagem evolucionária não implica na emergência de normas ideais nem garante melhoria contínua.

por títulos e concursos. Do mestrado à livre docência e titularidade, passando pelo doutorado, tínhamos a valorização do domínio do pesquisador de um assunto particular. Em vez dos atuais trabalhos cada vez mais curtos e desenvolvidos em tempo exíguo, que geram pesquisas cada vez menos aprofundadas, anteriormente era valorizada a cultura do pesquisador por meio de aulas de erudição e provas que mostrassem o domínio do assunto. Em contraste, a adoção “produtivismo acadêmico” que, ao ignorar esse processo de evolução institucional, mina paulatinamente as regras que foram testadas no passado em favor de um sistema burocrático e ineficaz.

THE IMPOSSIBILITY OF ARTIFICIAL MARKETS: THE CASE OF THE MEASUREMENT OF ACADEMIC PRODUCTIVITY

Abstract

This article criticizes the incentive mechanisms developed to increase academic productivity. Using methodological considerations about the nature of the market, we develop an argument to explain why those mechanisms fail not only to stimulate competition among researchers but also to create a better “market of ideas”. The article argues that incentive mechanisms tend to generate bureaucracy and distortion of that market, undermining academic liberty instead.

Keywords: economics of knowledge, market of ideas, academic evaluation mechanisms.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, F. **História do Debate do Cálculo Econômico Socialista**. Tese de Doutorado, São Paulo: FEA - Universidade de São Paulo, 2004.

BARTLEY III, W.W. e RADNITZKY, G., (eds.) **Evolutionary Epistemology, Rationality and the Sociology of Science**. La Salle: Open Court, 1987.

BARTLEY III, W.W. **Unfathomed Knowledge, Unmeasured Wealth: On Universities and the Wealth of Nations**. La Salle: Open Court, 1990.

BOURDIEU, P. **Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHARLE, C. e VERGER, J. **História das Universidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

COASE, R. The Market for Goods and the Market for Ideas. **American Economic Review** vol. 64, no. 2, 1974.

DAWKINS, R. **A Escalada do Monte Improvável**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

DURBIN, E.F.M. Economic Calculus in a Planned Economy, **The Economic Journal**. Vol.46, No. 184, 1936.

HAYEK, F.A. The Theory of Complex Phenomena. **Studies in Philosophy, Politics and Economics**. Londres: Routledge, 1967.

HAYEK, F.A. **The Counter-Revolution of Science**. Indianapolis: Liberty Press, 1979 [1952].

HAYEK, F.A. **Individualism and Economic Order**. Chicago: Chicago University Press, 1980.

HAYEK, F.A. Competition as a Discovery Procedure. In: HAYEK, F.A. **New Studies in Philosophy, Politics and Economics**. Londres: Routledge, 1978.

HAYEK, F.A. **Law, Legislation and Liberty**. Londres: Routledge, 1982.

KRINK, T. e VOLLRATH, F. Analysing Spider Web-building with Rule-based Simulations and Genetic Algorithms. **Journal of Theoretical Biology**, n. 185, p. 321-331, 1997.

LANGE, O. **On the Economic Theory of Socialism: Part One. The Review of Economic Studies**, Vol.4, p.53-71, 1936-7b.

MISES, L **Economic Calculation in a Socialist Commonwealth** In HAYEK, F.A. (ed.) **Collectivism Economic Planning**, Londres: Routledge, 1935 [1920].

POLANYI, M. **A Lógica da Liberdade**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

POPPER, K. R. **Objective Knowledge: an evolutionary approach**, Oxford: Oxford University Press, 1972.

STIGLER, G. **O Intelectual e o Mercado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987 [1963]

TARVER, M. **Why I am Not a Professor or The Decline and Fall of the British University**, 2007. Sítio da internet, disponível em <<http://www.lambdassociates.org/Blog/decline.htm>>, acesso em 17/8/2010 20:32

WATERS, L. **Inimigos da Esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Artigo recebido em setembro de 2009 e aceito para publicação em novembro de 2009.